

# Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica

## *Transformations of biopolitics and the emergence of ecopolitics*

**Edson Passetti**

Professor no Departamento de Política da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, Brasil. Coordenador do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP). Pesquisador responsável do Projeto Temático FAPESP *Ecopolítica*. Contato: passetti@matrix.com.br.

### **RESUMO:**

As transformações da biopolítica sinalizam para a conformação da ecopolítica como governo do planeta. O presente artigo procura posicionar a emergência da ecopolítica, situando suas implicações com as decisões transterritoriais e ao desenvolvimento sustentável.

*Palavras-chave: biopolítica, ecopolítica, neoliberalismo, sociedade civil.*

### **ABSTRACT:**

*The transformations of biopolitics point out to the conformation of ecopolitics as government of the planet. The present article seeks to position the emergence of ecopolitics, situating its implications with transterritorial decisions and sustainable development.*

*Keywords: biopolitics, ecopolitics, neoliberalism, civil society.*

PASSETTI, Edson (2013). Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 5, jan-abr, pp. 2-37.

Recebido em 23 de janeiro de 2013. Confirmado para publicação em 10 de fevereiro de 2013.

É sabido, como bem expôs Edgardo Castro (2012: 69-98), que o conceito de biopolítica em Michel Foucault funciona relacionado à normalização biológica do humano e que o conduziu à questão da governamentalidade. Os propósitos deste artigo restringem-se a situar momentos de transformações da biopolítica e sua ultrapassagem pelo que chamarei de *ecopolítica*.

## Consolidações da biopolítica

Os estudos de Michel Foucault sobre a biopolítica envolveram a soberania, os regimes políticos, os efeitos da superação do direito de causar a morte para o de causar a vida, a absorção dos saberes estatísticos e da ciência política no governo da população, as reformas urbanísticas, as políticas de saúde e a medicina social, as regulamentações do trabalho, maneiras de comandar a circulação de pessoas e coisas e de segregá-las, os percursos e distensões liberais e neoliberais (Foucault, 1977a).

A biopolítica como regulação da população é uma política de Estado que também não prescinde das diversas práticas da sociedade civil que deram conta da produção de um corpo saudável, mesmo sob as condições de desigualdades, algumas vezes amenizadas como efeitos do sindicalismo e da ameaça revolucionária.

Pela biopolítica se pretendia governar os corpos vivos, a população, instituindo que a vida de cada um dependia da política. A biopolítica se constitui, portanto, tendo por alvo totalizante o corpo-espécie (população e território) e funciona articulada com os poderes disciplinares individualizantes (utilidade e docilidade), atrelando o conjunto e o individual, e intimamente relacionada aos dispositivos de segurança. A biopolítica compõe a série *população — processos biológicos — regulações e regulamentações* relacionadas ao corpo-espécie como gestão calculista da vida; as disciplinas, por sua vez, estão vinculadas ao corpo-

máquina como administração dos corpos e estão compostas na série *corpo — disciplina — instituições*. São tecnologias políticas que visam normalizações.

A soberania sobre o território se exerce combinando leis e normas disciplinares tendo em vista o governo seguro do conjunto da população em seus espaços. Para se modificar a conduta da espécie humana se atua sobre o *meio*, preferencialmente urbano, em que ela habita.

A população se transforma em problema de governo e não raramente suas manifestações são revestidas de revoltas contra a escassez, fazendo com que a multiplicidade de indivíduos no meio urbano seja articulada como população. Neste sentido, ocorre a construção da verdade, um saber sobre a população pela economia política e também seu embate contra o histórico investimento de Estado sobre a população como contenção de revoltas populares. Estas assumem os perfis de resistências de um povo contra sua gestão como população. Articulados como povo, esta multiplicidade de indivíduos enfrentará o poder soberano e as leis da propriedade, assumindo contornos nacionalistas, de classe ou libertários revolucionários contra as regulações.

A biopolítica se inscreve neste ponto liberal da governamentalidade e estará intimamente ligada à segurança. De que modo? As disciplinas produzem normalizações pela concentração, centralização e encerramentos em espaços fechados, ocasionando modelos que regram tudo e tudo visam para impedir no detalhe, segundo um código que estabelece o permitido, o obrigatório e o proibido na distribuição das coisas, possibilitando a adequação às normas, segundo uma funcionalidade hierárquica. A segurança dos governos liberais opera segundo riscos e crises, e fortalece o *deixar fazer* econômico capitalista. A segurança necessita saber administrar um tanto de permissividades indispensáveis, apoiando-se nos detalhes, e funciona como regulação pretendendo captar o desejável e o indesejável. A expressão mais acabada dessa relação está

no que Foucault chamou de “regime dos ilegalismos” (Foucault, 1977). A segurança se torna eficiente e eficaz quando governa as *normalidades diferenciais*. Neste sentido é que o governo da população difere do governo das disciplinas relacionado à norma e do exercício da soberania pautado em direitos universais.

Foucault distingue, a partir de meados do século XVIII e do século XIX, a população sendo passível de técnicas de transformação que agem sobre o desejo, como seres vivos que assimilam transformações autoritárias pensadas e calculadas. A biopolítica estará relacionada às disciplinas e à segurança, como modo de governar que difere da soberania. Governar a população está relacionado à gestão do cálculo por meio das estatísticas, visando intervir para garantir a longevidade dos corpos, manter o *corpo são* para o Estado, mas também como tecnologia que pretende obstruir sua configuração como povo ou classe. A população não é só *pensada* e calculada como espécie humana. Ela é também *público* como conjunto de opiniões, hábitos e maneiras de ser, esperadas pelo liberalismo e pelo o que ele entende como *razão pública*.

A biopolítica tem ainda uma função *amortecedora* voltada para capturar resistências da população como povo e ao mesmo tempo opô-la às resistências como classe ou libertarismos radicais. Se o povo é a constituição da resistência à população por ela própria, a configuração do povo, em termos políticos, é o modo pelo qual se procura obstaculizar seus desdobramentos em classes ou associações libertárias. Se o poder se exerce, é imanente a outras relações, vem de baixo, produz relações intencionais e resistências, seria pouco considerar a biopolítica (ou biopoder, como muitas vezes Foucault a trata) restrita às instituições e aparelhos que garantem a sujeição do cidadão ao Estado, cujo fundamento é o direito. A biopolítica é uma forma de governar e como tal atravessa a convenção Estado-sociedade civil. Ela deve produzir constantemente maneiras de governar capazes de produzir o *corpo são* e conter resistências. É para isso que ela

também existe, caso contrário, como se justificaria a *fobia* ao Estado dos liberais? A biopolítica tem sim um alvo que é a população: sua saúde e sua educação. E estas duas *metas* são passíveis de governamentalizações que incitam a produção de direitos à vida.

A biopolítica funciona nesta chave e por isso está intrinsecamente relacionada à segurança como modos de educar, ou seja, saber governar este “conjunto suscetível de ser influenciado pela educação, campanhas, convicções” (Foucault, 2008a: 102), investindo em *profilaxia social geral* das populações urbanas. Governar a população é algo diferente e especial, pois ela deixa de estar relacionada ao soberano, como na razão de Estado derivada do mercantilismo, para se tornar objeto do governo. Governam-se gentes e, deste modo, dirigem-se consciências, pondo em funcionamento a capacidade liberal de assimilar contra-condutas e de se fortalecer diante da ameaça da rebelião e da revolução<sup>1</sup>. Trata-se, por conseguinte, do investimento liberal em marcar a proteção dos interesses coletivos diante dos excessos dos interesses individuais (a necessidade de se perpetuar a

---

<sup>1</sup> Neste sentido fica claro como, no século XIX, a produção de consciências verdadeiras habita o interior da população redimensionada como classes e se torna o centro da disputa relacionada aos expedientes de governo e de exercício de soberania de Estado; explícita quão falaciosa é a igualdade jurídico-política da soberania, seja ela fundada em direitos universais (Europa) ou em garantias de práticas de liberdade liberal de mercado (Estados Unidos). As problematizações situadas pelas lutas revolucionárias jamais deixarão de enumerar as desejáveis expectativas geradas pela biopolítica como amortecimentos de suas contestações, suas incapacidades de equacionar a superação das desigualdades e suas habilidades para dirigir consciências imediatistas. Trata-se de uma oposição ao governo do Estado pelo qual se configura o cerco à soberania. A esse respeito, as práticas anarquistas e comunistas se defrontaram diante da mesma finalidade. Se os comunistas pretendiam produzir uma consciência verdadeira e exclusiva a partir da revolução contra o Estado, os anarquistas pretendiam inventar seus próprios governos (a partir do governo de si) como prática revolucionária que abolisse o Estado. Se os marxistas visavam outro revestimento para a soberania e os direitos, os anarquistas, sabedores de antemão que o fundamento do direito é a guerra e, por conseguinte, a dominação pela força e a astúcia, voltaram-se para o associativismo em oposição à consciência organizativa diretiva dos comunistas. De duas maneiras, voltados distintamente para a mesma finalidade inicial, ambos partiam dos efeitos imediatos da condução de consciência exercitada pela governamentalidade liberal.

permissividade indispensável) e, ao mesmo tempo, proteger os interesses individuais (econômicos e políticos) dos interesses coletivos (revolucionários ou mesmo reformistas que exigiam maior intervencionismo estatal).

Foucault, apropriadamente, situa liberdade e segurança liberais como o centro da razão governamental. E o faz distinguindo a crise liberal de crise capitalista, pois, a liberdade liberal se *fabrica* a qualquer momento. A crise liberal no século XX estava mais que à flor da pele, sangrava. Como garantir-se diante da evidente Revolução Russa, mas também do fascismo e do nazismo? Mais do que isso, como se posicionar diante dos exercícios intensificados de soluções estatais para conter a iminência do povo em classe que geraram *New Deal* e demais formas de intervencionismos econômicos, ou seja, soluções pelo Estado como o Plano Beveridge redigido no Reino Unido durante a II Guerra Mundial e a emergência do *welfare-state*? Enfim, a crise liberal precisava responder às suas dificuldades para liberar o mercado, fabricar liberdades e o liberalismo precisava libertar o indivíduo da massa e o mercado do Estado.

A crise liberal redundou em diversos encontros na antessala da II Guerra Mundial e depois dela para justificar seu apoio tático ao nazismo e ao fascismo diante da ameaça socialista, os variados desdobramentos dos efeitos de uma produção da verdade que visava restaurar o mercado, estrategicamente situada como combate aos intervencionismos, e, portanto, como recuperar o indivíduo absorvido na massa.

Foucault localizou no ordoliberalismo alemão, próprio à Europa, uma decisiva procedência da produção da verdade neoliberal disposto a corrigir a irracionalidade política, mas, ao mesmo tempo, anteviu os condicionantes propícios ao neoliberalismo estadunidense<sup>2</sup>. Considerada deste ângulo a restauração do mercado livre, seja pela ação do Estado,

---

<sup>2</sup> E aqui se situa o embate na Alemanha entre a escola de Friburg, voltada à crítica à irracionalidade política e próxima às sugestões de Max Weber, e a irracionalidade econômica questionada pela escola de Frankfurt, próxima ao marxismo. São embates no âmbito da universalidade da razão e suas irracionalidades voltadas, respectiva-

seja pelo mercado “livre” de Estado, ou seja, de regulações, a liberdade neoliberal visa consolidar a vida do sujeito contra o inimigo interno e externo. Trata-se de uma racionalidade de governo de Estado que necessita não só de dispositivos diplomático-militares como da transformação da biopolítica. A função do governo era vigiar por meio de disciplinas e segurança, garantindo as contrapartidas e contrapesos de liberdades e a segurança liberal exigia uma liberdade *contra* o Estado e que o mercado fosse o *locus* de produção de verdades e da aparição de novos interesses. Todavia, os efeitos históricos sobre a verdade da economia política produziu estatismos e a relação entre a população governada em um território e os indivíduos disciplinados passou a outra dimensão. O socialismo ainda era uma ameaça, apesar da contenção do fascismo entre as potências do Eixo, as maneiras liberais de governar as relações de produção material e imaterial entrarão em crise, e as práticas de liberdade liberal não ganhavam vulto neste período pós-II Guerra em

---

mente, à renovação do mercado e ao esgotamento do mercado, ou seja, o intervencionismo como meio para a restauração do mercado e como meio para sua estatização. De um lado, uma tática anti-estatizante por meio de ações governamentais; de outro lado, tática estatista também por meio de ações governamentais. São embates que ainda circunscrevem-se, no final dos anos 1920 e nos anos 1930, a soluções de renovação ou ultrapassagem de soberania. O neoliberalismo estadunidense, fortemente relacionado com a escola austríaca a partir de Ludwig von Mises e depois de seu discípulo Friedrich Hayek, redimensionará a crise liberal por outra tática, por meio da qual o capitalismo não prescinde de regimes autoritários (a continuidade de fascismos na Europa após o fim da II Guerra Mundial ou mesmo a ditadura Pinochet no Chile dos anos 1970), mas vai em busca da democracia por meio das liberdades de mercado: o mercado livre de intervencionismos deve produzir a restauração do indivíduo liberal e sua libertação da massa. A questão estratégica do neoliberalismo de procedência austríaca sempre foi a de derrubar o *intervencionismo* e jamais se confundiu ou identificou com táticas. Neste sentido, diferencia-se do ordoliberalismo, e assim, podemos compreender como o ordoliberalismo é uma tática neoliberal para Europa e certos países e como o neoliberalismo estadunidense gradativamente toma a dianteira não só em relação ao governo da população, mas em relação ao governo do planeta. Não se trata de disputa hegemônica entre governos neoliberais de condução de consciências, mas, ao contrário, de usos diferenciados e de táticas, ou se preferirem, do que é fundamental para a segurança, ou seja, como produzir normalidades diferenciais, como se produziu a verdade que hoje em dia se classifica como neoliberalismo.

que está em jogo consolidações de direitos universais, e ao mesmo tempo a crença no Estado e a *fobia* ao Estado.

## Deslizamentos da biopolítica

A biopolítica era o governo da vida da população, exercitava-se na democracia ou não, e teve seu esgotamento a partir do momento que definiu *quem devia morrer* com o nazismo (Foucault, 1999). A biopolítica, para funcionar, não prescindia da representação (partidária) para levar adiante a regulação da população. Contudo, com a *solução final* nazista a biopolítica revelou seu limite no que tange à produção do *corpo são para o Estado*: pela biopolítica anunciava-se que o Estado voltava-se para o que ele considerava o *corpo são* invertendo a prática anterior; a biopolítica não tratava mais da população em conjunto, mas a considerava diante de um novo quadro de profilaxia, paradoxalmente complementado pela disseminação de direitos, estratificando a população, e respaldada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Quando a tensão proporcionada pelos efeitos do *welfare-state* (e a ameaça socialista) encontraram as expressões múltiplas de resistências no acontecimento 1968, a reação conservadora tomou a cena com a *racionalidade neoliberal*. Aos poucos a expressão *corpo são para o Estado* passou a ser substituída por outra: *o Estado para o corpo são* (Foucault, 2010: 167-194). O alvo não era mais a população no território, mas a população estratificada vista gradualmente em seu *ambiente* (Foucault, 2008b: 355-356; 368), o indivíduo não mais como unidade, mas nas suas multiplicidades, como *divíduos*.

O conceito de biopolítica foi se exaurindo a partir deste momento, segundo as sugestões metodológicas de Michel Foucault a respeito da história do presente em que um conceito somente tem relevância diante de sua história efetiva. Biopolítica não é um conceito *universal*, diz respeito à sociedade disciplinar.

Não estamos mais diante das inquietações de Kant sobre *quem somos*,

mas estamos ante ao que estamos nos transformando e ao mesmo tempo *contra o que somos* (Foucault, 2000), atualizando a questão de Spinoza, *o que estamos fazendo de nós mesmos?*, e o alerta de Deleuze sobre como os jovens descobrirão na pele as novas maneiras de resistirem nesta sociedade de controle que se configura (Deleuze, 1992: 226).

A noção de *ecopolítica* procura responder a algumas destas novas institucionalizações. Não se trata de disciplina acadêmica ou componente da gestão do governo sobre a população ou o meio ambiente, mas de prática de governo do planeta nos tempos de transformação (de si, dos outros, da política, das relações de poder e do planeta no universo), com desdobramentos transterritoriais e variadas estratificações conectadas (Passetti, 2011b; 2011c).

Trata-se, portanto, de retirar da *ecopolítica* os usos atuais restritos à ecologia ou ao ambientalismo que a restringem a uma disciplina ou política de governo no campo liberal de práticas relacionadas à redução da intervenção do Estado, e buscar como a *ecopolítica* se configura relacionada à produção da verdade capitalista *sustentável*, que o governamentaliza<sup>3</sup>.

O uso tático de *biopolítica* como resistência de singularidades ao *biopoder*, como situam diversos leitores de Foucault, apenas provoca uma dicotomia teórica repostada em termos de Estado-sociedade civil. Não dá conta das novas conformações, e o conceito de Foucault, próprio da sociedade disciplinar ganha, em intérpretes marxistas, um novo vazio como designação universal das singularidades, redimensionando povo em *multidão* e compondo com a sua captura pelos neoliberais e afins em função das possibilidades de consolidar o *futuro melhor*. A pretensão, em ambos os casos, é a de aplicar o conceito, e desta forma, realizam seus usos políticos.

De certo modo, neoliberais e marxistas produzem, pela incorporação do conceito de *biopolítica*, a aceitabilidade tardia de Foucault na ciência política,

---

<sup>3</sup> Este artigo busca apenas situar a emergência desta problematização histórica.

e o fazem pelo esvaziamento do conceito, em mão dupla: em práticas redutoras do tamanho do Estado, e neste sentido deveriam aceitar a análise crítica de Foucault a respeito da produção da verdade sobre a racionalidade neoliberal afirmada pela teoria do capital humano e os correlatos déficits de criminalidade com os quais a sociedade deve seletivamente conviver, e não toma-lo como neoliberal (Hermann, 2012); ou em resistências que aguardam condutores, e com isso abandonar a crítica ideológica ao neoliberalismo e enfrentar as artimanhas em que a *esquerda* se viu conectada desde então, e de certo modo, capturada pela racionalidade neoliberal.

Desvencilhados do enquadramento ideológico em neoliberalismo, os liberais procuram situar uma nova etapa do capitalismo como *desenvolvimento sustentável*, proposição dimensionada no interior da racionalidade neoliberal por meio de programas de déficits elaborados em comissões, comitês, organizações *internacionais*. Não se trata mais de intervir em saúde e educação para estabelecer novos patamares de cultura política, mas de produzir conexões neste sentido. Por sua vez, a nostalgia do *welfare-state* como estratégia de *esquerda* nada mais faz do que evidenciar as práticas necessárias do Estado-Nação para viabilizar as recomendações internacionais *sustentáveis* que necessariamente passam pela ONU. De ambos os lados, em defesa do *desenvolvimento sustentável* ou da ecologia como humanização e estratégia política de contestação, ambos inscrevem-se como atuantes forças na conformação da ecopolítica atual, como renovadores da economia política e da crítica da economia política.

Regidos por configurações de poder soberano e de formatação jurídico-política, neoliberais e marxistas parecem ter se encontrado no mesmo fluxo, ainda que, no plano ideológico, articulem discursos de reviravoltas imediatas: os primeiros, assustando-se com qualquer protesto, exigindo menos impostos, desregulamentações econômicas, novos investimentos em segurança e defesa militar; os demais, aguardando a qualquer momento o fato revolucionário com base em críticas ideológicas ao capital, crendo

em mobilizações de protestos como antessala insurrecional da revolução.

A reviravolta nas pretensões capitalistas com base no *desenvolvimento sustentável* evidencia que o alvo não é mais manter a condição de pobreza, mas elevar os indicadores econômicos, auferir índices de felicidade e desenvolvimento humano (saúde, educação e cultura), disseminar uma *cultura de paz*, educar pessoas e práticas para a *resiliência*, instituir uma *economia verde*, encontrando certa *qualidade de vida* com redutores de vulnerabilidades e gerando condições compartilhadas para uma *vida melhor* de pessoas, ares, mares, relevos, florestas, enfim, do *ambiente*. Trata-se de um investimento na *ocupação* de inteligências, em participações, conexões, múltiplas identificações, assentamento de direitos, segurança e securitização, conservação do planeta que requer, antes de tudo, *moderação*, e o meio encontrado para tal condição está na vida *resiliente*<sup>4</sup>.

Enfim, é preciso *melhorar*; e isto implica governo amplo dos vivos e condicionantes renováveis para um futuro melhor. Não se trata mais de uma biopolítica como governo da vida biológica, mas de *tudo* que se mostre vivo para o futuro; não mais vida no *presente*, mas o presente repleto de práticas voltadas ao futuro melhor de si e do planeta. Não se trata mais de um círculo vicioso, mas de um círculo *entreaberto*, inacabado em possíveis variadas conexões, compondo correntes, fluxos, nuvens de controles. Não se trata de uma história inscrita na superfície do corpo, mas do corpo apreendido em seus mais inauditos recôncavos interiores. Um corpo que ganha amplitudes interiores e exteriores. Corpo-divíduo-fluxo inteligente-ambiente e corpo planeta-profundidades desdobradas para o interior da crosta e para o espaço sideral compondo ambientes. Corpos, populações e natureza capazes de serem não só mapeados, mas monitorados na busca por mais

---

<sup>4</sup> A esse respeito consultar os arquivos sobre documentos que produzem esta verdade nos fluxos de direito, segurança, meio-ambiente e penalização a céu aberto em [www.pucsp.br/ecopolitica](http://www.pucsp.br/ecopolitica). Ver em especial Oliveira, 2012 e Carneiro, 2012.

vida produtiva constantemente revitalizada e restaurada, impulsionada a cada nova descoberta parametrizada, simultaneamente, pelo saber *nano* como pelo domínio de tecnologias capazes de dimensionar suposições e comprovações teóricas da física, da química e da biologia, enfim, dissolução final da arbitrariedade que opunha natureza e cultura.

Não se trata de um governo da população como na biopolítica, mas de governo *com* cada população para que viva agrupada, móvel, *resiliente*, participativa, em função de cada um, de seu agrupamento e da conservação do planeta. Indivíduo, redimensionado em *divíduos* por pletora de direitos e identidades, compondo variadas subjetividades que possibilitam conexões temporárias, paradoxalmente tênues e consolidadas, e que produzem sim a dessubjetivação no indivíduo autônomo, mas que a torna irrelevante, quando se considera que este indivíduo se metamorfoseia em *divíduos* com variadas subjetividades. É preciso viver para fora e por dentro, do lado de fora e conectado com vários *ambientes resilientes*, o Estado e organizações transterritoriais: é preciso fazer parte de tecnologias sociais, ser reconhecido e premiado, mas também saber fazer *negócios sociais* sustentáveis e estar ocupado. Uma subjetividade *resiliente* em *ambientes resilientes* deve reduzir vulnerabilidades, ampliar a qualidade de vida, produzir riqueza sustentável para o planeta: empresariado (capital) e o capital humano (empreendedores de si) produzem nova cooperação liberal, nomeada como produção compartilhada e competitiva. E todos amam ou devem amar sua condição no processo de *erradicação da pobreza*<sup>5</sup>.

A ecopolítica resulta da produção de problematizações das forças

---

<sup>5</sup> “Na sociedade de controle de comunicação contínua e modificável por convenções, combina-se a herança disciplinar das estruturas hierárquicas e suas funcionalidades com a descentralização por meio de variadas agendas. Ao mesmo tempo, o mundo governando por elites e vanguardas, mostra-se permeável a novas formas da governamentalização em que aparecem, derivados da proliferação de direitos, as normativas, as diretrizes e principalmente os programas confiáveis, tolerantes e seguros, compondo fluxos elitistas sustentados pelos agrupamentos diferenciados por direitos de terceira geração, que dão, a cada minoria numérica, acessos a trânsitos,

em luta. Há um fluxo derivado do final da II Guerra Mundial que articula, simultaneamente, Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, Guerra Fria, situação de confronto entre capitalismo e socialismo autoritário, eclosão de rebeldias no final da década de 1960, com o início das procedências da *sustentabilidade* com o Clube de Roma (entre 1968-1972), repercutindo na Convenção de Estocolmo, 1972, no relatório Brundtland, 1987, na Eco 92, em Johannesburg, 2002, na Rio+20, 2012. Não se trata de um encadeamento institucional pelo qual as resultantes pressionam os Estados a tomarem decisões internas conforme a dinâmica da civilização. Não se trata de um circuito de poder de cima para baixo, agora projetado em âmbito internacional. Não se trata de uma configuração das políticas nacionais sob a hegemonia das relações internacionais. Ao contrário, a *sustentabilidade* requer mais da *civilização*. Exige de cada um que seu potencial seja implementado como projeta a economia política, com conservação ambiental e aceitação que o capitalismo é ao mesmo tempo realidade e utopia. A *sustentabilidade* encontrou sua formulação mais adequada com a noção de *desenvolvimento sustentável* na medida em que todos são convocados a conservar o planeta diante

---

por intermédio de gerenciamentos compartilhados descentralizados. Configuram-se, assim, as *elites secundárias*, compostas por mulheres, gays, pretos, deficientes físicos, menores, lideranças indígenas, enfim, a população organizada em elites minoritárias dirigidas por comandos capturados, e muitas vezes cooptados pelos dispositivos de descentralidades na produção do produto e da cultura, judicialização, escolarização, habitação... São minorias numéricas que atravessam as maiorias parlamentares, empresariais, sindicais, configurando um novo desenho das burocracias, acomodando a continuidade de uma *maioria sequenciada* e governada por dentro, em função da centralidade do comando, no exercício de controles avaliativos. Na sociedade de controles em fluxos, acontece, simultaneamente, a ampliação da participação e do acesso à informação e à comunicação, ao mesmo tempo em que, cada um, deve transitar pelas suas minorias de acolhimento, defender seus direitos, praticar ações comunitárias em função da redução de anomias, irregularidades e disfunções no interior de suas comunidades, para elevá-las à condição de espaço desejado e amado, e não mais de periferias abandonadas ou reduzidas a um ou outro programa social de Estado” (Passetti, 2011a: 48).

dos efeitos devastadores do antigo progresso industrial, mas também da conduta presente de cada um, gerando uma *governamentalidade planetária*. Neste sentido é que a *racionalidade neoliberal* também atualizada depois do encontro de Mont Saint Pélerin, em 1947, e o anterior em Paris, o *Colóquio Walter Lippman*, em 1936, consegue não apenas interceptar o *welfare-state* como também as demais estratégias da chamada *esquerda*. Seja pelo fato da ecologia ter se tornado tema, o desenvolvimento sustentável, uma disputa, a situação de populações um efeito transterritorial; seja porque as repercussões das lutas de minorias tenham assumido suas capturas em direitos, perdido suas potências e voltadas à política majoritária (Deleuze, 2010), pela inclusão das mais variadas minorias na política institucional... enfim, uma reviravolta ocorreu nas relações capitalistas que levaram a força de trabalho a ser apreendida e empurrada a organizar-se como *capital humano* pelo qual cada um deve passar a se ver e se constituir como um *empreendedor*. Não estamos mais sob o domínio indireto do capital com o comando do trabalho intelectual sobre o manual. A governamentalidade liberal não *fabrica* mais liberdades, mas empresaria liberdades tornadas licenças protocolares.

O corpo útil e dócil das disciplinas não desaparece, apenas começa a ceder lugar a um corpo que deve produzir inteligência: na empresa, nas fundações, institutos, ONGs. Inteligência voltada ao *desenvolvimento sustentável*, proporcionando uma disputa entre as forças empresariais, seus colaboradores e forças de confrontação, reduzindo a política a *soluções negociadas de conflitos*. A produção de inteligência funciona por meio de programações organizadas por interfaces e deve às práticas diplomáticas em protocolos a projeção da efetivação de *melhorias para um futuro melhor para as gerações*, como recomenda a Carta da Terra (ONU, 2000). Todos devem saber controlar a si e aos outros, contando com suas referidas organizações, aderindo aos monitoramentos normalizadores.

Não se pretende mais tornar o indivíduo anormal em um normal. Parte-se do suposto da normalidade (já obtida pelas disciplinas e a biopolítica) para corrigir os pequenos desvios identificados a partir de intromissão da noção de *transtornos*. Deixa-se de lado o modelo do normal para investir-se em modulações do normal. Ainda que os *perigosos* (criminosos contra a propriedade, o corpo como propriedade e a subversão), passem a ser cada vez mais penalizados e governados em prisões de exceção, como Guantánamo, ou em prisões de segurança máxima, este é o risco que a *racionalidade neoliberal* não desconhece, quando as penalizações ampliadas a céu aberto passam a ser formatadas, e para a qual apresenta suas soluções a serem institucionalizadas. O risco deve ser contido e gerido com a ampliação das penalizações a céu aberto. A cultura do castigo ganha seus novos contornos com *políticas de tolerância, cálculos de vulnerabilidade, qualidade de vida e cultura de paz*. Todavia, estes elementos não estão dispostos apenas no sentido das políticas de governo, mas estão conectados às gestões levadas adiante pela sociedade civil organizada.

Não estamos mais sob os desdobramentos das polícias médicas, dos saneamentos urbanos e de investimentos em força de trabalho *sã*. O alvo biopolítico que é a população ainda permanece presente, mas agora é pluridimensionado pela convocação à participação na gestão do planeta, do Estado, de empresas, *comunidades* e na *governamentalidade ambiental*. A biopolítica vai consolidando sua ultrapassagem pela *ecopolítica*.

Um novo arranjo entre as forças em combate se institui com base no conflito democrático pelo qual cada um é responsável pelo estado das coisas no planeta. Espera-se de cada um que, com seu potencial inovador, colabore para *arrumar as coisas*. A favela se transforma em *comunidade*, as culturas locais são valorizadas, o multiculturalismo se consolida com base na valoração de cada grupo, etnia, conjunto de vulneráveis. É preciso muita polícia, mas, para além da polícia repressão, um *cidadão-*

*polícia* múltiplo e organizado. Com isso, a cooperação liberal vê-se acrescida da competência e da competição como nova naturalização das desigualdades a serem governadas democraticamente do Estado para a sociedade civil e vice-versa.

Não surpreende que toda a movimentação iniciada pelo acontecimento anti-globalização tenha sido capturada como *outra globalização, nova globalização, altermundialismo*, protestos e marchas de efeitos midiáticos planetários pelos quais se clama por emprego, verdadeira democracia, fim da corrupção, maior fiscalização... Nada mais salutar que rebeldias que produzam novas ocupações, mais trabalhos não só relacionados à mecânica da força de trabalho. Não estamos mais no centro das disputas resistentes da sociedade disciplinar, nem nos limites racistas da biopolítica, apesar de não se descartar essa possibilidade, vista a constante reação nacionalista ao fluxo de imigrantes, os feitos das políticas de gestão europeia das dívidas públicas, as chamadas missões de paz, agora capitaneadas pela ONU como *responsabilidade de e ao proteger*.

## **De reação em reação...**

Foucault situava com clareza que a biopolítica somente podia ser pensada relacionada à *fobia* de Estado do liberalismo, uma reação ao mercantilismo e à razão de Estado que exigia um Estado rico pela acumulação monetária, fortalecido pelo crescimento da população e em concorrência com os demais. Isso repercutia em um Estado de polícia voltado para áreas urbanas com regulações indefinidas, e um Estado com diplomacia e exército permanente, considerando a *balança europeia*, como contensão da formação de Impérios. Esta regulamentação interna indefinida encontrou seu correlato na regulamentação da vida dos súditos e cujos objetivos são ilimitados. Por conseguinte, foi por meio do direito que se configurou a oposição ao Estado, recorrendo-se imediatamente ao jurídico.

A economia política veio de encontro a este direito que procurou limitar o soberano, exigindo um governo que não governe demais. Não investiu em direitos e legitimidades, mas em efeitos positivos e negativos (daí decorreu que qualquer governo que governe menos é sempre desejável, ou melhor, a democracia será desejável). A economia política não se voltou para os fundamentos naturais do direito, ao contrário, deles se aproveitou como naturalidade própria da prática de governo, ou seja, interessou-se por sua necessidade própria; caso houvesse uma violação das leis da natureza era porque houve um *engano* de governo a ser reparado. Se a filosofia jurídica naturalizou os direitos, a economia política naturalizou o governo e encontrou nesta naturalização a necessidade imperativa de *menos governo possível*. Desde então não há governo ilegítimo, mas governo inábil, inadequado, inconveniente; suas regulações internas devem ser válidas em quaisquer circunstâncias; as limitações dos governos devem repousar nos próprios objetivos dos governos e portanto, deve demarcar o que deve e o que não deve ser feito (constituir sua *agenda*); enfim, não são os governos por si só que decidem, eles governam com os governados, com sua população. Refaz-se, assim, o vínculo entre liberalismo econômico e liberalismo político, rompido com a emergência dos nacionalismos europeus na metade do século XIX.

A economia política, segundo Foucault, foi a possibilidade de limitação e uma questão da verdade: se nenhum governo sabe ou saberá o bastante para governar, a economia política se interpõe à razão de Estado e ao Estado de polícia. O liberalismo, enquanto produção de verdade, portanto, nada mais foi e é do que *limitações* aos governos. O neoliberalismo vem repor isso como produção de verdade voltada para o duplo: série de práticas e regimes de verdade, conectando o sujeito empreendedor à empresa, às ONGs, Fundações e Institutos, a sociedade civil ao Estado — e agora este não se volta mais à conformação do corpo são para o

Estado, mas o Estado para o corpo são —, e deste modo se reduz a governamentalização do Estado de forma diametralmente proporcional à governamentalização da sociedade.

A biopolítica, articulada com as disciplinas e a segurança tratava da organização do poder sobre a vida dos corpos-máquina e espécie fora do quadro da soberania; a família não se colocava mais no interior da população como modelo, mas como instrumento, no governo da vida biológica; agora, ela deve se modificar enquanto unidade econômica na produção de renda pelos salários na formação do capital humano.

A regulação da população não se restringe mais à biopolítica, mas conecta-se a uma nova produção da verdade sobre capitalismo e *ambiente*, de trabalhador como empreendedor, da democracia com gestão do planeta, com sentimentos e afeições. Emerge o desenvolvimento sustentável, as *tecnologias sociais*, os *negócios sociais*, as cidades sustentáveis, os controles sobre emissão de carbono, a política e a ciência sobre o clima, a vida dos refugiados (políticos e climáticos), todas as possíveis seguranças, enfim, novos direitos com base na força, na Ideia, no divino, na cultura democrática, participativa e normalmente normalizadora.

Os protestos reconfigurados pelo exercício de cidadania, efeitos de custos econômicos e desarticulação de organizações e associações, sinalizam para o elenco de problemas que a programação procedimental de Estado e sociedade civil deverá voltar os seus olhos: desemprego, hipotecas, clima, áreas de preservação, efeitos de poluentes, secas e enchentes, contingentes de refugiados, populações étnicas e ribeirinhas, reflorestamentos, cataclismos, enfim demarcações que levam ao principal elemento articulador do discurso democrático e sustentável: a segurança.

Segurança desses muitos bens, da sua vida, comunidade, emprego, saúde, habitação, educação dos filhos, maneiras de governar a família com segurança: policiar, gerenciar, formar, acumular, beneficiar, responsabilizar. Enfim, os novos empreendimentos ecológicos exigem

segurança no *ambiente*. Refluxo das guerras, novas maneiras de governar (Ver Campbell, 2011; Oliveira, 2011; Rodrigues, 2011; Optiz, 2012).

Nestes fluxos situa-se, novamente, a relevância da sociedade civil para a economia política. O esforço maior no redimensionamento do *homo oeconomicus* vai ao encontro da família como condicionante para a formação da criança e do jovem como capital humano e aos programas compensatórios levados adiante por organizações voltadas à educação do empreendedor de si<sup>6</sup>. Entretanto, se sociedade civil para a economia política e o liberalismo era o veículo do vínculo econômico e também sua ameaça, pois nela produzem-se decisões de conjunto, as novas conformações democratizantes na sociedade civil, assim como nas empresas, tenderão a provocar uma reviravolta. Antes, as decisões em conjunto na sociedade civil tendiam a ser dissociativas em relação à manutenção de uma estabilidade, ainda que precária, e, ao mesmo tempo, motor da sua transformação<sup>7</sup>. Hoje, os interesses *desinteressados* da sociedade civil passam a compor com os interesses da economia política, por meio das conexões inacabadas entre *divíduos* e as variadas comunidades em torno do *futuro melhor para as gerações*.

A economia política, como sabemos, buscava encontrar uma situação *equilibrada* das relações na sociedade civil, na medida em que esta foi constituída sempre como natural (opondo-se à filosofia jurídica), e na qual os indivíduos produzem interesses desinteressados próprios de suas

---

<sup>6</sup> “O *homo oeconomicus*, isto é aquele que aceita a realidade ou responde sistematicamente às modificações nas variáveis do meio, esse *homo oeconomicus* aparece justamente como o que é manejável, no que vai responder sistematicamente a modificações sistemáticas que serão introduzidas artificialmente no meio. O *homo oeconomicus* é aquele que é iminentemente governável. De parceiro intangível do *laissez-faire*, o *homo oeconomicus* aparece agora como correlativo de uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio” (Foucault, 2008b: 369, prosseguindo sua análise sobre Gary Becker).

<sup>7</sup> E neste sentido os protestos eclodem e podem ganhar dimensões transterritoriais voltados aos interesses dissociativos da sociedade civil e que buscam um campo, simultaneamente, de reacomodação e de eventual transformação radical (Cf. Occupy Wall Street).

comunidades (Foucault, 2008b: 397-424). O neoliberalismo acrescentou o expoente à comunidade, proporcionando a proliferação dos interesses *desinteressados*, reiterando a sociedade civil como base do poder político e levando-lhe a incumbência de equacionar conjuntamente o conflito político. O *homo economicus* assumiu em seu interior as suas feições empreendedoras como capital humano. O trabalho deixou de ser apenas parte da mecânica como força de trabalho e foi configurado como produtor de renda, tanto material, pelo salário, como psíquica, resultante da *boa educação* familiar repercutindo no sucesso do empreendedorismo dos filhos.

Não há mais Estado como responsável pelos destinos da prole na produção biopolítica do corpo são para o Estado. O deslocamento neoliberal leva para a família a incumbência de produzir o capital humano, e a inclui nos interesses desinteressados da comunidade, por meio de acessos ou benefícios a *todos* ou às minorias majoritárias com apoio de programas compondo amplos arcos de governos variados envolvendo agências diversas para formarem o *corpo são para o Estado*. A favela vira *comunidade* e todos ali são trabalhadores ocupados e conectados a decisões do conjunto; vivem as possíveis sustentabilidades pelos efeitos de organizações internacionais e locais e produzem contrapositionamentos mais coerentes com a própria vida da sociedade civil a serem equacionados como *soluções negociadas para os conflitos*. O que não exclui a ativação, sazonal, do exercício soberano de causar a morte, seja pela polícia repressiva (e seus grupos paralelos de extermínio) ou por organizações do regime dos ilegalismos normalizado, como se pode notar tanto nos processos de pacificação das favelas cariocas, quanto no vazamento para as periferias de organizações de prisioneiros em São Paulo, desde o começo dos anos 2000. Ativa, também, o desejo soberano de fazer morrer da sociedade civil, expresso em campanhas por maiores penalizações, controles psiquiátricos de sujeitos anunciados

como irrecuperáveis, redução da maioria penal ou extensão do tempo de internação de jovens infratores ou defesas abertas da pena capital legalizada no Estado. Há um podre que persiste no ambiente, que ainda deve ser limpo pela eliminação diante da impossibilidade de sua reciclagem.

Estão abertos os fluxos para a produção de contra-posicionamentos constantes, conectados e em conflito, dentre os quais a Rio+20 revela em suas programações e execuções estas duas facetas: institui a gestão compartilhada do conflito, restringe e reafirma a *sustentabilidade* e o *desenvolvimento sustentável* e institui trajetórias transterritoriais. Pelo viés da ordem ou pelo contra-posicionamento, nada mais ocorre sem a *comunidade* e, conseqüentemente, sem as conexões que ultrapassam as fronteiras nacionais e regulamentações internacionais, que exigem, por sua vez, regulações circunstanciadas internas e externamente. Dissolvem-se, ao mesmo tempo, as fronteiras nacionais do território em relação à população e ao ambiente, e cabe aos governos do Estado produzir regulamentações jurídicas internas que balizam o governo da e na sociedade civil, compondo a transterritorialidade das realizações. A relação da biopolítica com a segurança e a população governada em um território é metamorfoseada em *ecopolítica* com segurança para governo dos ambientes no planeta, dentro dos quais há populações conformadas em ambientes. O planeta urbanizado e, por conseguinte, policiado, exige um pouco mais de governos, como governamentalidades que repõem a situação de *ingovernável*, menos pelo fim da política, mas por novos inícios, como se a profanação necessária e suficiente já ocorrera (Agamben, 2007). A profanação assume o espaço complementar da crítica absoluta e, como absoluto, afasta-se da crítica à política. Ela repõe o lugar da política a ser preenchido pelas enumeráveis variedades de indignados, dignidades e dignificações. Agora, governa-se com os governados de modo democrático de baixo para cima e de cima para baixo.

A *sustentabilidade* firma-se como o meio para o capitalismo realizar de maneira adequada, adaptável e consensual sua utopia de *um futuro melhor* desde o presente. As intervenções na natureza por meio de regulamentações *internacionais* repercutem em regulações nacionais, as empresas aderem à *responsabilidade social*, cresce o investimento em redutores de *vulnerabilidades*, aplica-se com rigor o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), convoca-se à participação para medidas pacificadoras e missões de paz, amplia-se o leque de seguranças, incluindo alimentação, clima, securitizações e leva-se adiante as *Metas do Milênio*, para a qual a Rio +20 apresentou-se como fórum de tendências e espaço para implementações da *economia verde* e de institucionalização da *cultura de paz*<sup>8</sup>; sinalizou ainda para a sobreposição de novas metas intermináveis com acenos de substituição da economia verde pela *economia azul* combinada à necessidade de implementação da próxima agenda voltada à elaboração das metas do desenvolvimento sustentável que viriam substituir as Metas do Milênio.

A relação entre empresários, Estado e organizações internacionais com as diversas *comunidades* busca solidificar, plasticamente, um *mundo melhor*, que deve funcionar como redutor e/ou interceptador de resistências.

Trata-se, agora de uma intervenção não mais para a sujeição, mas uma intervenção *ambiental*. O mercado como *ambiente*, sinalizou Foucault, não requer normalizações de degenerados não normalizáveis. Contudo, podemos adicionar que o que era degeneração, agora passa a ser equacionado como efeito de degradação a ser sanada. Deste modo, podemos compreender melhor o que Foucault indicava como tema-

---

<sup>8</sup> “O ano 2000 precisa ser um novo começo para todos nós. Juntos, podemos transformar a cultura da guerra e da violência em uma cultura de paz e não-violência. Para tanto, é preciso a participação de todos. Assim, transmitiremos aos jovens e às gerações futuras valores que os inspirarão a construir um mundo de dignidade e harmonia, um mundo de justiça, solidariedade, liberdade e prosperidade. A cultura de paz torna possível o desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente e o crescimento pessoal de cada ser humano” (Unesco, 2000).

programa de sociedade com otimização do sistema de diferenças, com tolerância concedida atuando conforme a *regra do jogo* e não sobre os jogadores. Lembremos que o *homo oeconomicus* é capaz de destituir o soberano posto que este jamais terá condições de governar a totalidade (Von Mises, 1938) e é limitado pelo sujeito de direito, que só existe pela conexão do direito com o econômico. Governa-se primordialmente a sociedade civil.

O sistema normativo-disciplinar caracterizava uma governamentalidade individualizante. Hoje em dia a lei, que é sempre coação e proibição, deve favorecer o jogo. Estamos diante de um revestimento da política pelo jurídico, pelo qual a forma da lei passa a ser compatível com sua função, ou seja, deve favorecer o jogo no qual o sujeito racional possa maximizar sua utilidade. Segundo Foucault, o cálculo do *enforcement of law* passa a ser imprescindível. É o que dá força, promove aplicações de formalizações jurídicas que vão desde os programas de redução de danos referente às drogas, aos *Consultórios de Rua* com suas internações voluntárias e compulsórias, ao funcionamento do DEA (Drug Enforcement Administration), política de tolerância zero, UPP e UPP Social, penalização a céu aberto, etc.. Enfim, cito estes exemplos relacionados às drogas apenas para reforçar a importância da lei consolidando direitos e governando as condutas, no momento em que a degeneração cedeu lugar à degradação. Para equacioná-la não bastam mais normas e muito menos apenas a lei, mas um complexo *enforcement* é acionado para dar continuidade à gestão da segurança. Assim sendo é preciso mais polícia, não só como efetivos, mas eficazes programas que avancem em torno do déficit de crimes a serem equacionados em função da recuperação de um corpo degradado como potencial produtividade enquanto capital humano. Não basta apenas ser cidadão, cabe-lhe outra tarefa, a de ser polícia de todos com os quais mantêm conexões. Configura-se como *cidadão-polícia*, monitorando os demais, atuando nas regras do jogo do controle de si e de todos. A lei

não é mais o princípio da racionalização, mas sim o *enforcement* e este deve ser calculado segundo seus custos e a utilidade da lei. A tecnologia a ser usada não é mais disciplinar-normalizadora, mas ambiental.

A tecnologia ambiental tem como referência as reflexões sistematizadas pelo ordoliberalismo sobre a política social (Foucault, 2008b: 195-205) e que mais tarde veio a ser chamada de “economia social de mercado”, quando Alfred Müller-Armack, conselheiro do vice-chanceler Ludwig Erhard, durante o governo da CDU (União Democrática Cristã) de Konrad Adenauer, vê sua proposta elaborada em 1947 ser encampada entre os anos de 1952-1953. A política social não pode ser elaborada como contrapeso, portanto não deve ser compensatória dos efeitos do progresso econômico; não pode adotar o princípio da igualdade, mas deixar a desigualdade agir e retirar o sobreconsumo dos mais ricos para ser transferido aos que se encontram em condições de sub-consumo, ou seja, para garantir o mínimo vital. Uma política social não deve ser concebida como socialização de consumo e renda, mas privatização, ou seja, uma política social individual por meio da consolidação do mercado como espaço no qual se pode assumir e enfrentar riscos. Finalizando, situavam os ordoliberais que uma política é social com crescimento econômico. E esta será uma das bases, segundo Foucault, para o neoliberalismo estadunidense onde se instala e funciona. Mais uma vez trata-se de uma política para a sociedade que é o alvo da prática governamental, enquanto ambiente social. Não é mais a biopolítica como a conhecemos até seu esgotamento com o nazismo<sup>9</sup>.

## Ecopolítica: compasso de espera

A *ecopolítica*, muito menos que disciplina de conhecimento e política

---

<sup>9</sup> As considerações de Michel Foucault sobre o ambiente encontram-se apenas esquematizadas em nota de rodapé, do curso de 1978-1979 (Foucault, 2008b: em especial 355-356). Todavia no quadro de seu esboço sobre o ambiente, destaco a

governamental específica relacionada ao meio ambiente, mostra-se como nova governamentalização dos *ambientes* (Malette, 2011; Ulloa, 2011), também em função da institucionalização de *idades resilientes*, conceito que qualifica o de sociedade civil global, por meio da definição de povos e planeta resilientes<sup>10</sup>. Os termos genéricos deixam de sê-lo para assumir contornos definidores mais claros, segundo a análise da história do presente. Trata-se da racionalidade neoliberal, por suas práticas e não por ideologia, que atrai e dissolve em grande medida a distinção entre *direita* e *esquerda*, tão própria do século XX, em democracia representativa e participativa. Os *esforços*, agora, devem ser de todos em função de *melhorias*. Neste sentido há um uso tático das chamadas esquerdas nas práticas de ecopolítica, na medida em que buscam ideologicamente encontrar soluções para a transformação, ainda que não mais sob o princípio da revolução comandada pelo partido único. A *ecologia* também se transformou em tema que atravessa a *direita* e a *esquerda*, em função do *mundo melhor*. Apesar das diferentes abordagens, o ambiente político-intelectual institui um trajeto no qual a ecologia é o centro da vida, da *vida sustentável*, dando visibilidade ao *dispositivo meio ambiente*.

---

possibilidade para o indivíduo de *participar* das regulações dos efeitos e definir seu próprio quadro; as regulações dos efeitos ambientais e a ruptura com a individualização uniformizante, identificatória e hierarquizante aberta a ambientalidades segundo fenômenos transversais. Foucault encerra a nota perguntando se ainda serão sujeitos naturais. Ainda que de maneira esquemática, e talvez recorrendo ao conceito de ambiente da Escola de Chicago como umas procedências do *ambiente* contemporâneo, suas indicações são instigantes para se analisar a construção da verdade ambiental.

<sup>10</sup> Relatório do painel de alto-nível do Secretário Geral das Nações Unidas sobre a sustentabilidade global. “Povos resilientes, planeta resiliente. Um futuro digno de escolha”. ONU, 2012. Em especial: “As autoridades locais, como regiões, estados e municípios, também têm um papel especialmente importante a desempenhar, devido ao fato de que o nível subnacional é a linha de frente de tantas questões de desenvolvimento sustentável. Isto é particularmente verdade no caso das cidades, nas quais mais da metade da população do mundo vive atualmente” (p.105). Ver também “Agenda 21 e sustentabilidade das cidades. Brasil”. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: [http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/agenda\\_sustentabilidade\\_das\\_cidades.pdf](http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/agenda_sustentabilidade_das_cidades.pdf).

A *sustentabilidade* (Comissão Mundial para o Meio Ambiente, 1987) exige inovação constante na produção de protocolos gerando interfaces, com ênfase na diplomacia e práticas democráticas para além da política institucional: a vida deve tornar-se democrática com pletera de direitos, garantindo os seus três “pilares” (ambiental, econômico e sócio-político). A *sustentabilidade* encontra-se conectada à maneira pela qual se conserva o ecossistema, se produz combatendo a degeneração anterior provocada pelo capitalismo e se humaniza a política e a sociedade. Exige *moderação*, ou seja, o modo de encontrar moderação aninha-se nas práticas da *resiliência*.

A *sustentabilidade* é uma prática que vai do *divíduo* multifacetado por direitos inacabados e inexequíveis à *economia verde*, ao cálculo político a respeito da democratização dos Estados, da sociedade civil e das relações com a natureza, reformas nos usos de recursos naturais, e confirma a prevalência das forças que defendem as práticas de *conservação* diante das de *preservação* da natureza.

Os fluxos se cruzam, misturam, metamorfoseiam constantemente em função de *um mundo melhor*. Por conseguinte, o cálculo *inteligente* deve aperfeiçoar-se à imagem da democracia. Assim sendo, se esta é a imperfeição em movimento, o *capitalismo sustentável* é a desigualdade democratizada (nivelada) e competitiva em movimento.

Estabelece-se que todos devem colaborar desde locais de moradia, trabalho e *ocupações* (todos devem estar ocupados para se sentir ativos e eficientes, da criança ao idoso, do corpo são ao corpo deficiente, do saudável ao doente, do louco ao transtornado, do abandonado ao possível incluído). Tudo deve estar assegurado: das práticas computo-informacionais ao sexo. A *normalização dos normais* incluirá o redesenho do proibicionismo às drogas, na medida em que a anfetamina passa a ser componente imprescindível para a maior disposição ao trabalho por parte do capital humano (Dany, 2010) enquanto o combate ao tráfico de drogas será o alvo para a restauração da favela, como no Rio de

Janeiro-Brasil, com a *comunidade* conectada a ações conjuntas de UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), UPP Social (agendada pelos governos municipal, estadual e federal), adaptando-se às experiências produtivas realizadas, anteriormente, em Medellín-Colômbia. A vida como saúde pública diante das drogas, volta-se também aos atendimentos imediatos aos usuários por meio de programas compensatórios e compulsórios, conectando a profilaxia necessária e suficiente diante das circunstâncias colocadas pelos déficits de *crimes* e permissividades, sem as quais a sociedade civil e a economia política não vivem. Neste campo, a normalização atinge seu ápice por meio de programas de controles da loucura em ambientes abertos, antes de tudo, sustentados no saber psiquiátrico e nas organizações internacionais de saúde que atestam sermos todos *transtornados*, o que, por si só, é um conceito que ultrapassa e busca aniquilar com o conceito de doença mental por meio da difusão de técnicas de manutenção da saúde mental.

A *energia inteligente* necessita incluir. É como se a cada nova anomia anunciada, a anterior já estivesse normalizada, dando *sentidos* às velozes práticas que também *normalizam os normais*. Diante desta situação, explicita-se o esforço da racionalidade neoliberal em administrar o que chama por *crime*, em reequacionar a reforma da prisão pelo que ela tem de mais seguro e jamais alcançado, ou seja, sua capacidade de conter rebeliões. A penalização a céu aberto cada vez mais reitera a metamorfose da polícia que passa do uso do exército de reserva do poder composto de infiltrados, delatores e delinquentes para um expandido contingente de *cidadãos-polícia*, sob o regime da denúncia que atualizam as *lettres de cachet* em monitoramentos de cada um por cada um, um novo pastorado a serviço da soberania e dos governos.

## Sustentável captura

A *sustentabilidade* emerge como reação conservadora e, neste sentido,

faz funcionar a captura capitalista sobre os efeitos das lutas ecológicas e minoritárias esboçadas pelo acontecimento 1968. Diante das experiências nucleares em lugares distintos isolados e em muitos casos considerados paradisíacos — não só por serem lugares distantes, mas também por desconhecem propositalmente as populações ali residentes, suas cercanias e futuras construções de usinas atômicas, procedência da futura emergência dos *verdes* —; dos acúmulos de poluições urbanas e das movimentações em defesa de santuários ecológicos — equidistantes da lei do nacional-socialismo de proteção à natureza de 1933 —, para os quais colaborou, inclusive, o movimento hippie; da proliferação da miséria nos centros urbanos e rurais com degradação das cidades e modos de vida; do desemprego crescente e das condições de trabalho exaustivas sob ditaduras, denegrindo os espaços com vista ao desenvolvimento de forças produtivas; das constantes guerras e a utilização de armas bioquímicas; enfim, as movimentações ecológicas não só tematizaram críticas diretas ao capitalismo como também ao socialismo.

A situação de desestabilização destas formas de existência da produção provocou não só uma reação política conservadora contra o keynesianismo, o *welfare state* e o socialismo estatal, como revelou a condição estratégica da dominação em capturar esta latente tematização resistente capaz de articular diversas tendências de combate ao desenvolvimento industrial. A racionalidade neoliberal, desde as décadas de 1970 e 1980, encontrará na ONU o espaço de configuração de uma nova situação de ordenamento capitalista, não só em torno das reduções de poluentes, mas principalmente enquanto recomendações que levaram a uma nova configuração viável ao capitalismo, e que encontrou na *Rio 92* o ponto de confluência para o debate e o traçado de uma elaboração de verdade acerca da *nova ordem mundial*, sustentável e democrática. A eficácia dessa tematização capturada se mostra, também, pela capacidade em conectar recomendações transterritoriais, desde a ONU, com recomendações para usos da conduta

individual ecológica e ambientalmente responsável. Se para os movimentos ecologistas mudar o mundo era mudar a sua relação com a natureza (uma outra relação consigo), prescindindo de programas totalizantes, como o socialista, é esse o princípio que a sustentabilidade captura para compor, por fora e por dentro, uma outra relação com a natureza que repõe as responsabilidades para o indivíduo (entendido como cidadão global) e para os Estados nacionais em relação com o planeta. Em outras palavras, o indivíduo livre e autônomo, antes garantido por uma constituição nacional e seus dispositivos de cuidado e segurança (biopolítica), passa a ser aquele que é capaz de assumir suas responsabilidades locais, reguladas por uma turva e frouxa ética global pautada na proteção do planeta, sem prescindir das ações responsáveis de Estados, também sob a mesma inteligibilidade de uma moral sustentável, produzidas em documentos e estudos planetários, produzidos, preferencialmente pela ONU. A reação conservadora exige uma nova relação do indivíduo com sua produtividade como agente consumidor, produtor e político do capitalismo transterritorial. Não se trata de uma globalização ou mundialização que se dá como desdobramento lógico da expansão do capital e das forças produtivas, que já no século XIX atuava para além das fronteiras nacionais. Nessa reação conservadora, está em jogo novos elementos, histórico-políticos, na composição do estatuto de um sujeito livre, autônomo, planetário e responsável, simultaneamente, com o local onde vive e trabalha e com o planeta, como vimos até aqui.

O processo gradual se institucionalizou por meio de protocolos administrados pela ONU e gerenciados pelos Estados-nacionais e Europa, em um momento de reconfiguração capitalista que combina a produção de mercadorias a baixo custo (China, Índia e outros Estados asiáticos), com redutores de benefícios de direitos sociais em polos avançados do capitalismo, combinando a transformação do trabalhador em capital humano com políticas ambientais (não apenas restritas a recursos naturais),

parcimoniosamente incentivadas, em escala planetária, com o intuito de conter a degradação crescente.

É preciso colaborar, adaptar-se, seguir pacificamente diante das intempéries da natureza tendo em vista a conservação da produção da energia atômica como forma de acelerar ou manter o desenvolvimento (maneira pela qual se comportou de modo exemplarmente *resiliente* a população japonesa depois do acidente em Fukushima, em 2011), ou encontrar modulações alternativas (como reivindicou a sociedade civil alemã exigindo o fim das usinas atômicas, em 2011<sup>11</sup>), busca-se estabilizar níveis ascensionais de consumo com estabilidade política, fortalecendo produção de soluções *alternativas* mais compatíveis com a *economia verde*, economia sustentável com repercussões sociais (Cf. Rio+20, 2012. *Economia verde*). As demais poluições que têm levado a debates e tentativas de medidas de controle de poluentes, principalmente o carbono, independentemente de outras disputas sobre o *crédito verde*<sup>12</sup>, institucionalizam a luta política com base na ciência, colocada pelo IPCC (Painel de Mudanças Climáticas) e pressões relativas ao cumprimento do Protocolo de Kyoto, como produz seus dissidentes, também apoiados em laudos científicos capazes de orientar os *policy makers* e fazê-los expandir. Todavia, neste caso, o contraste de resultados situa embates entre financiadores de pesquisas e colocam em discussão a produção da verdade científica na orientação da política. Ao mesmo tempo, revelam os objetivos políticos na produção de uma verdade científica. Por ambos os lados, a produção da verdade institui formas econômicas e políticas de existência.

---

<sup>11</sup> Manifestação do Ministro do Meio Ambiente, Norbert Rottgen, em 30 de maio de 2011, garante-se que até 2022 não haverá mais energia atômica na Alemanha.

<sup>12</sup> Ver: <http://www1.caixa.gov.br/imprensa/noticias/asp/popup.asp?codigo=6911980er>. Segundo Stephan Schmidheiny, criador da Fundação Avina e articulador da Rio 92, o termo ecoeficiência traduz dimensão ética do desenvolvimento econômico diante de uma maior liberdade econômica, que torna a responsabilidade mais necessária às empresas. Eco refere-se ao mesmo tempo à economia e ecologia, enquanto que 'eficiência' seria um denominador comum relacionado ao crescimento econômico.

As guerras, reduzidas a *estados de violência* (Gros, 2009), funcionam para exercitar novos armamentos e táticas de combate por meio de gerenciamentos eletrônicos, elevando a capacidade de segurança de controle dos Estados, para além dos monitoramentos por satélites, do combate sem prejuízo da vida humana dos pilotos ou daqueles que acionam bombas localizadas: a população civil passa a ser o alvo tanto das novas formas da guerra impessoal, *cirúrgica* e sempre *justa*, quanto de ataques terroristas e suas tentativas de combinar a fusão religião-Estado.

No interior dos Estados, projetos conectando conservação da natureza e populações locais (indígenas ou ribeirinhas) começam a tratá-las por meio de *gestão territorial*<sup>13</sup> combinada com *economia verde*, ainda voltada a bens de consumo de preços altos a setores da sociedade com elevado padrão aquisitivo e *portadores* de consciência ambiental; nas áreas urbanas, restaurações de espaços degradados, inclusão de populações periféricas com incentivos à *participação* nas decisões locais, ampliando as *tecnologias sociais* em *negócios sociais*, com a presença dos *stakeholders*, e dão novos contornos que ultrapassam a requerida *responsabilidade social* proposta por empresários ambientalistas.

As taxas de desemprego (em certos *ambientes* do planeta) começam a apresentar reduções por combinarem diversas formas de trabalho colaborativo que funcionam como *ocupações* cada vez mais constantes no interior de desdobramentos econômicos, situando-se como complementares à economia computo-informacional e ampliando as ações em conformidade com a gestão do local<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Cf. Ministério do Meio Ambiente do Brasil. <http://www.mma.gov.br/legislacao/gestao-territorial>, em especial, zoneamento ecológico econômico <http://www.mma.gov.br/legislacao/gestao-territorial/category/34-zoneamento-ecologico-economico> e povos e comunidades tradicionais <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/terras-ind%C3%ADgenas,-povos-e-comunidades-tradicionais>

<sup>14</sup> Neste sentido é interessante notar como a chamada crise de 2008, ao invés de provocar a esperada crise capitalista, alavancou o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China E África do Sul), conjunto de países emergentes, contrabalançando o ciclo da crise.

A sustentabilidade propõe pelo desenvolvimento sustentável *um futuro melhor para as gerações* e redimensiona a luta pelo presente levada a cabo pelo 1968. Contudo, é relevante sublinhar que não se trata tão somente de uma reação conservadora provocada pela racionalidade neoliberal que soube conjugar interesses econômicos, práticas democráticas de gestão e institucionalidade de regimes como contenção de resistências ou captura de movimentos como se esta estratégia fosse capaz de prever as demais táticas de enfrentamentos, ou ser suficientemente preparada para cobrir todos os monitoramentos. As *novas* lutas, na última década, ainda sob a forma de *protestos*, mostram as capacidades de incorporação de práticas anarquistas radicais em suas produções (Newman, 2011: 23-48). Mas quais os efeitos visíveis?

Determinar um *juízo* a respeito destas novas lutas situando seus aspectos de protestos e capturas seria próprio a uma conduta precipitada e niilista, no sentido reativo indicado por Nietzsche. Também incensá-las como anúncio de uma nova era não deixaria de sê-lo, ainda que destas práticas radicais possam vir a ser extraídas condutas de niilismo ativo. Contudo, não se trata de niilismo por si só, um apreço amoroso pela humanidade expresso em momentos de crise. Vivemos novas configurações de reforma do capitalismo que prepara nova maneira de produzir, em que a *sustentabilidade* firma-se como a verdade mais conectada.

Se tomarmos a formação de uma cultura sustentável pela educação de crianças (não apenas escolar, como expressam as reformas curriculares que incorporam o problema do *meio ambiente* e/ou da *ecologia* chegando até às universidades com os cursos sobre *gestões* e *engenharias*, entre eles as ambientais), configura-se a construção de uma sociabilidade a partir do sensível (impacto de efeitos de degradação ao meio ambiente que transita de televisões à internet), das sensibilidades produzidas voltadas para correções de rotas racionalmente traçadas, segundo o

acesso condizente a bens de consumo e programas sociais. Contudo, novamente, a sociabilidade se refaz com base na *escassez*, com uma educação voltada para a gestão compartilhada produzida no momento em que se contornam os efeitos capitalistas e socialistas em função do que se passa no instante: a *erradicação da pobreza*.

A educação de crianças está atravessada pelas novas formas de controlar o uso da água para banho e escovação dentária, combinada com os impactos subjetivos produzidos por desmatamentos e intempéries da natureza. Educação para *melhorar hoje* para dar maior *segurança* no futuro: aprender a gerir a escassez é também *melhorar* as condições de vida nas periferias, incentivo a participar, exercitar-se em discussões democráticas com tomadas de decisões nas escolas por meio de encenações de situações, jogos ou enfrentamento de uma controvérsia circunstancial, combiná-las com internet, fazer da vida um jogo a partir de simulações e constituir a conduta da criança *resiliente*.

A educação de crianças, e de jovens, em especial, em função da *sustentabilidade* faz-se, agora, sim, com o grande poder da racionalidade neoliberal, a partir da ênfase na continuidade da desigualdade pela eficiência da competitividade como forma de implementar o capital humano, pelo *empreendedorismo*. Desta maneira, torna ou retorna a naturalização da desigualdade sob a forma de investimento de cada um em trabalho e ocupação, em trabalho e práticas sociais, em trabalho e certa atenção do Estado necessária para com a saúde e a educação.

A convivência com a desigualdade sustentável é capaz de provocar resistências que se articulem com resistências próprias de práticas radicais como as experimentadas na última década? Destas resistências podem emergir associações mutualistas que ultrapassem limites da gestão territorial, da economia solidária, dos efeitos das sensações e amor ao planeta? Até que ponto o amor ao planeta é apenas a reescritura da verdade que sustenta o amor à humanidade e ao Estado (Ferry,

2012)? Cabe e caberá aos jovens produzir lutas que expressem as atuais condições de existência encontrando seus modos de contestar e ultrapassar, liberados, com todas as implicações difíceis das formas de emancipação que governaram as resistências nos últimos dois séculos.

A convivência com a alimentação *natural* e os cuidados com a natureza, reconhecendo sua força, sempre foi prática dos anarquistas (Augusto, 2012). Até que ponto elas podem habitar a atitude de crianças e jovens diante do novo governo das condutas? A questão permanece sem resposta. Apenas insinua uma procedência relativa à emancipação, tema tão caro a socialistas, comunistas e anarquistas. Não pode ser negligenciada nem colocada de lado neste instante de expansão da sociedade de controle diante dos efeitos, ainda constantes da sociedade disciplinar, em que vigilância e monitoramentos se combinam, governando condutas sustentáveis.

O combate à degradação é o sinal às forças em luta na problematização que elaboram sobre a situação atual na sociedade de controles e no âmbito dos redutores de resistências. A situação estratégica que configura as relações de poder, e suas respectivas redes, não produz mais resistências como efeito direto. A reconfiguração da força de trabalho em capital humano está aberta à formação de sujeitos *resilientes*, cidades *resilientes*, povos *resilientes* e planeta *resiliente*. A produção de energia inteligente convocada a participar das programações de forma diplomático-democrática, não só fortalece o *dispositivo meio ambiente*, como faz emergir o *dispositivo diplomático-policia*l (Rodrigues, 2013). A situação das resistências muda de configuração. Da mesma maneira, está em questão situar se a política moderna ainda é a guerra prolongada por outros meios; como estas alterações redimensionam as relações de poder, e se a vida do animal humano ainda depende da política para viver. Todavia permanece uma inquieta constatação: a *resiliência* reveste a democracia de pequenos fascismos?

## Bibliografia

- AUGUSTO, Acácio (2012). “Municipalismo libertário, ecologia social e resistências”. In: *Revista Ecopolítica*, v. 2, pp. 64-68. São Paulo: PUC-SP. <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/9076>.
- CAMPBELL, Elaine (2011). “A vida emocional do poder governamental”. *Revista Ecopolítica*, v. 1, pp. 43-76. São Paulo: PUC-SP. <http://www.pucsp.br/ecopolitica/revista.html>.
- CARNEIRO, Beatriz S. (2012). “A construção do dispositivo meio ambiente”. In: *Revista Ecopolítica*, v. 4, pp. 5-18. São Paulo: PUC-SP. <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13057/9560>.
- Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente (1987). *Relatório Brundtland*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- DANY, Hans Christian (2010). *Speed*. Tradução de Kristina Michahelles. Rio de Janeiro: Capacete Entretenimento.
- DELEUZE, Gilles (1992). *Conversações*. Tradução de Peter Pal Pélbart. São Paulo: 34 Letras.
- \_\_\_\_\_. (2010). *Sobre o teatro. Um manifesto de menos/O esgotado*. Tradução de Fátima Saadi e Ovídio de Abreu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- AGAMBEN, Giorgio (2007). *Profanações*. Tradução de Selvina J. Assman. São Paulo: Boitempo.
- FERRY, Luc (2012). *A revolução pelo amor. Por uma espiritualidade laica*. Tradução de Vera Lucia dos Reis. São Paulo: Objetiva.
- FOUCAULT, Michel (1977). *Vigiar e punir*. Tradução de Lígia M. Pondé. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1977a). *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Tradução de Marias Theresa C. Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições do Graal.
- \_\_\_\_\_. (1995). “O sujeito e o poder”. In: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert L.. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 231-249.
- \_\_\_\_\_. (1999). *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2008a). *Segurança, território, população*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2008b). *Nascimento da Biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2010). “Crise da medicina ou crise da antimedicina”. Tradução de Heliana Conde. In: *Revista Verve*, v. 18, pp. 167-194. São Paulo: Nu-Sol.
- GROS, Frédéric (2009). *Estados de violência*. Tradução de José A. da Silva. Aparecida: Ideias e Letras.
- HERMANN, Trent. H. “Neoliberalismo, governamentalidade e ética”. In: *Revista Ecopolítica*, v. 3, pp. 99-133. São Paulo. <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/12910/9387>
- MALETTE, Sébastien (2011). “Foucault para o próximo século: ecogovernamentalidade”. In: *Revista Ecopolítica*, v. 1, pp. 4-25. São Paulo. <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7654/5602>.
- NEWMAN, Saul Newman. “A servidão voluntária revistada: a política radical e o problema da auto-dominação”. Tradução de Anamaria Salles. In: *Revista Verve*, v. 20, pp. 23-48. São Paulo: Nu-Sol.
- OLIVEIRA, Salete (2011). “Política e fissuras sobre crianças e jovens: psiquiatria, neurociência e educação”. In: *Revista Ecopolítica*, v. 1, pp 77-103. São Paulo: PUC-SP. <http://www.pucsp.br/ecopolitica/revista.html>.
- \_\_\_\_\_. (2012). “Política e resiliência – apaziguamentos distendidos”. In: *Revista Ecopolítica*, v. 4, pp. 105-129. São Paulo: PUC-SP. <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13067/9568>.
- ONU (2000). *Carta da Terra*. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecopolitica/>

[projetos fluxos/doc principais ecopolitica/carta terra 2000.pdf](#).

OPTIZ, Sven. “Governo não ilimitado – o dispositivo de segurança da governamentalidade não-liberal”. In: *Revista Ecopolítica*, v. 2, pp. 3-36. São Paulo: PUC-SP. <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/9075/6683>

PASSETTI, Edson (2011a). “Governamentalidade e violência”. In: *Currículo sem fronteira*, v. 11, n. 1, pp. 42-53. <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss1articles/passetti.pdf>

\_\_\_\_\_ (2011b) “Fluxos libertários e segurança”. In *Revista Verve*, v. 20, pp. 49-78. São Paulo: Nu-Sol.

\_\_\_\_\_ (2011c). “Ecopolítica: procedências e emergências”. In: CASTELO BRANCO, Guilherme e VEIGA- NETO, Alfredo (orgs). *Foucault, filosofia & política*. Belo Horizonte: Autêntica, pp 127-141.

Rio+20 (2012). *Economia verde*. Disponível em: <http://www.rio20.info/2012/economia-verde/>.

RODRIGUES, Thiago (2011). “As guerras do fim do mundo”. In: *Revista Ecopolítica*, v. 1, pp. 114-124. São Paulo: PUC-SP. <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7659/5607>

\_\_\_\_\_ (2013). “Ecopolítica e segurança: a emergência do dispositivo diplomático”. In: *Revista Ecopolítica*, v. 5. São Paulo: PUC-SP.

ULLOA, Astrid (2011). “A ecogovernamentalidade e suas contradições”. In: *Revista Ecopolítica*, v. 1, pp 26-42. São Paulo: PUC-SP. <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7655/5603>.

UNESCO (2000). *Cultura de Paz*. Disponível em: [http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura\\_da\\_paz/docs/manifesto\\_2000\\_UNESCO\\_cultura\\_da\\_paz.pdf](http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/manifesto_2000_UNESCO_cultura_da_paz.pdf)).

VON MISES, Ludwig (1938). *Le socialisme. Étude économique et sociologique*. Paris: Editions M.-Th Genin, Librairie de Médecis.